

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara
CAMÕES, e, VII e 14

Diretor Presidente
Paulo Cabral de Araújo

Diretor Vice-Presidente
Ari Cunha

Diretor Gerente
Evaristo de Oliveira

Diretor de Redação
Luiz Adolfo Pinheiro

Diretor Técnico
Ari Lopes Cunha

Diretor Comercial
Maurício Dinepi

Editor-Chefe
Jota Alcides

Diretor de Marketing
Márcio Cotrim

Desenvolvimento

Encontra-se a economia brasileira, já há algum tempo, em um estágio crítico quanto ao futuro imediato. Embora as políticas monetária e fiscal, de efeitos recessivos, tenham quebrado a tendência ascensional da inflação, para mantê-la em torno de 22 por cento desde a investidura de Marcílio Marques Moreira no Ministério da Economia, há disfunções graves a serem corrigidas. As taxas de desemprego, por exemplo, permanecem elevadas, com mais de 1 milhão e 200 mil desempregados só em São Paulo, o principal centro industrial do País. E as elevadíssimas taxas de juros, com as quais se mantêm de pé um dos sustentáculos da política recessiva, sufocam as empresas e suscitam dificuldades operacionais perniciosas a todos os agentes envolvidos.

Todas as ambiguidades e perplexidades econômicas atuais residem na permanência da recessão, pois se nutre de elementos de contenção prejudiciais à realização dos objetivos financeiros das empresas, reduz o volume físico dos bens produzidos e estreita o mercado de trabalho. São fatores, todos, que liberam repercussões ácidas no meio social, onde os baixos rendimentos e o desemprego fermentam o caldo da inconformidade e da revolta. Por isso mesmo, necessitam ser arredados de cena com a maior urgência possível.

O ministro Marcílio Marques Moreira acena para a sociedade, desde o encerramento do primeiro semestre, com a retomada gradual do desenvolvimento econômico. Após haver acertado as contas do País com o Fundo Monetário Internacional e estabelecido acordo preliminar com os bancos credores privados, o titular da Economia se mostra disposto a acionar mecanismos para reaquecer o sistema produtivo e levar o País a um novo estágio de crescimento. O ajuste fiscal proposto ao Congresso, mediante um conjunto de emendas consti-

tucionais, é tido como indispensável para oferecer seguras escoras institucionais ao processo de reordenação da economia, no qual figura a retomada do desenvolvimento.

Em meio à crise política instalada desde as denúncias de corrupção contra o empresário Paulo César Farias, objeto de investigação por uma Comissão Parlamentar de Inquérito, é difícil obter mobilização de vontades para a votação imediata do ajuste. Diga-se, desde logo, que a proposta é fundamental como instrumento de reorganização das finanças públicas, de cujo desequilíbrio resultam as pressões inflacionárias. Todos sabem que o déficit crônico do Estado, enquanto não for eliminado por uma profunda reforma fiscal e tributária, impedirá o avanço das medidas para conter a expansão anormal dos preços.

Todavia, urge enfrentar a questão do desenvolvimento econômico com a dinamização de todos os meios disponíveis, ainda mesmo em face do retardamento de medidas estruturais, como o ajuste em trâmite no Congresso Nacional. A existência de mais de 1 milhão e 200 mil desempregados no maior canteiro produtivo do País, São Paulo, e as constantes quedas do desempenho das empresas impõem providências capazes de reacionar os motores do desenvolvimento econômico.

É evidente que os dilemas políticos do País criam dificuldades para a consumação de objetivos econômicos, pois as decisões do poder são tanto mais eficazes quanto mais apoiado estiver pela sociedade. Nem por isso se deve esperar pela superação da crise política para tentar metas econômicas indispensáveis ao fortalecimento do sistema produtivo e à eliminação de conflitos na ordem social. Aliás, só o desenvolvimento será capaz de riscar do panorama social os principais agentes de perturbação do clima político.